



Sobre História e Historiografia das Mulheres

About History and Historiography of Women

Diva do Couto Gontijo Muniz^()*

RESUMO

O artigo apresenta uma abordagem histórica sobre a constituição do campo disciplinar da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero. A autora analisa o movimento de inclusão das mulheres no discurso historiográfico em relação às lutas e conquistas feministas de acesso à cidadania, refletindo sobre os deslocamentos provocados pela crítica feminista ao expor as relações de poder e saber e ao questionar as categorias e lógicas do pensamento moderno. Nessa direção, ela explora tópicos relevantes de um deslocamento histórico, político, teórico de um campo de estudos que procura denunciar “o modo dominante de produção do conhecimento científico, pensado e praticado no masculino, centrado no conceito universal de Homem”, inclusive o “caráter particularista, ideológico, classista, sexista da ciência praticada, ancorada nos pressupostos da neutralidade, objetividade e universalidade.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres. Estudos de Gênero. Historiografia

ABSTRACT

The article presents an historical approach to the construction of the disciplinary field of Women Studies and Gender Studies. The author analyses that inclusion of women in the historiographical discourse in relation to the feminist struggles to access citizenship, considering a critique based on power and knowledge relationship in effort to interrogate roots and categories of modern thinking. She explores relevant topics of that historical, political and theoretical processo f displacement within a traditional field of studies – History - that seeks to denounce a “dominant practice of scientific knowledge shaped and centered in the male perspective”, also the ideological, classist, sexist character of a “Science builded and anchored in assumptions of neutrality, objectivity and univesality”.

KEYWORDS: History of Women. Gender Studies. Historiography

^(*) Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – UNB. E-mail: diva.gontijomuniz@gmail.com.

Escrever a História das Mulheres exige, dentre seus percalços, “provar e comprovar” que somos, como os homens, pessoas atravessadas de historicidade, igualmente constituídas em meio à experiência histórica, ao dinamismo do tempo histórico, que envolve a relação, sempre assimétrica, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 205-227). Como integrantes da humanidade, também estamos presentes na história, fazemos história, escrevemos histórias.

E para que serve a História das Mulheres? E a resposta virá, simples, como bem resumiu Mary Del Priore (1997, p. 9), “para fazê-las existir, viver e ser”. Atrevo-me acrescentar: se investimos em um projeto de sociedade democrática e cidadã, ou seja, em que todas as pessoas tenham acesso ao “direito a ter direitos”, como igualdade e como eliminação de qualquer forma de hierarquização fundamentada no natural, como precisamente definiu Hannah Arendt (1995), a História das Mulheres se impõe, faz e tem todo sentido. Se apostamos na mudança das relações humanas, entre mulheres e homens, à luz da orientação cidadã, impõe-se conferir-lhes visibilidade e dizibilidade, isto é, inteligibilidade histórica. Impõe-se assegurar a elas, como a toda e qualquer pessoa, seu direito ao espaço de fala e lugar de sujeito na sociedade, no mundo.

Impõe-se fazê-las “existir, viver e ser...” Além disso, e não menos importante, escrever a História das Mulheres, reconhecer sua historicidade, atende à carência de todo ser humano de localizar-se em seu tempo, de “orientar-se em meio à mudança que experimenta em seu mundo e em si mesmo”, como defende Rüsen (2001, p. 11). E ousa acrescentar: também em meio a algumas permanências, pois elas igualmente compõem o tecido histórico. Como tais, precisam ser historicizadas, retiradas da “ordem natural das coisas”, desnaturalizadas e localizadas como criações humanas. Elas podem e precisam ser desconstruídas e construídas sob outros termos e outras bases. Sob tal lógica, impõe-se considerar as mulheres não como um conjunto homogêneo e coeso, mas em sua complexidade, instabilidade e diversidade étnica, racial, de classe, de sexo/gênero, geração, religião, escolaridade,

ocupação, região, dentre as principais dimensões da diferença que nos formam e informam como pessoas singulares, únicas.

Não tenho dúvidas quanto à legitimidade ao que temos feito, no campo da História, para fazer as mulheres “existir, viver e ser”... No caso do Brasil, a expressiva e identificável produção de conhecimento sobre as mulheres, no decorrer de quatro décadas, compõe uma área de estudos que se encontra reconhecidamente definida. Desde 1989, quando a *Revista Brasileira de História* publicou o dossiê “A mulher no espaço público”, organizado por Maria Stella Martins Bresciani,¹ aos dias de hoje, as brasileiras ganharam visibilidade e dizibilidade historiográficas, apesar e por conta das recusas e preconceitos que ainda cercam o tema e a área de estudos.

Do desconhecimento ao reconhecimento, indicado, significativamente, na elaboração de duas apresentações da edição de 2007 – uma da revista em geral, e outra do dossiê “História e gênero”,² enquanto aquela edição de 1989 teve apenas uma única apresentação – várias mudanças ocorreram no campo, bem como na historiografia em geral e na historiografia das mulheres em particular. Dentre estas, ressalte-se uma importante mudança de enfoque: da proposta inicial – a de reparar uma exclusão – para o projeto atual de uma escrita da história em que as mulheres são alçadas à condição de objeto legítimo de estudo e à posição de protagonistas. História, essa, que investe na multiplicidade, diversidade e instabilidade como premissas básicas; que aposta nas condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. Uma escrita da história comprometida, portanto, com a “descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos modos interpretativos do patriarcado”, como defende Tania Swain (2014, p. 6-7).

Trata-se, enfim, de escrita da História das Mulheres em que, como bem avaliaram Rachel Soihet e Joana M. Pedro (2007, p. 286), os investimentos

¹ Trata-se da Revista Brasileira de História, órgão oficial da Associação Nacional de História, organizada por Maria Stella M. Bresciani, e editada pela ANPUH/Marco Zero, São Paulo, v. 9, n. 18, Ago. 1989/ Set. 1989.

² Trata-se da Revista Brasileira de História. Dossiê História e Gênero. Órgão oficial da Associação Nacional de História, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, Jul./Dez. 2007. As apresentações da revista em geral e do dossiê foram feitas pelos editores.

em criatividade, sensibilidade e imaginação “tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”. Estamos, continuando com as autoras, enfim, reconhecidamente, “preparadas para fazer frente àqueles que, na Academia, ainda não nos reconhecem como parceiras plenas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações” (Idem, Ibidem). Penso, à luz do projeto feminista e cidadão da igualdade de direitos e do respeito à diferença, que o maior desafio da História das Mulheres é justamente o de quebrar essa lógica do caráter “secundário” de seus temas, objetos, problemas, fundamentos e pressupostos.

Feminismo e História das Mulheres

Sei que a esta altura já dei sinais, mais ou menos claros, quanto à minha localização no mundo, que inclui o campo histórico e profissional, cumprindo assim uma exigência colocada a todos nós, profissionais envolvidos com ensino, pesquisa e escrita da história. Em meio às inúmeras possibilidades que constroem e também desconstroem minha existência, destaco quatro faces, marcas e traços prontamente identificáveis quanto ao meu lugar de fala: mulher, feminista, historiadora e cidadã.

Reconhecer-se como feminista é atitude que, ainda hoje, lamentável e incompreensivelmente, e também compreensivelmente, causa certo desconforto e algum ônus para quem assim se identifica. Isso não se dá por acaso, mas em razão do preconceito – descabido como todo e qualquer preconceito – ainda operante e disseminado em nossa sociedade em geral e no campo da disciplina História em particular. Feminista, afinal, é palavra negativamente significada e esta conotação pejorativa produz os efeitos de estranhamento/recusa/discriminação entre as pessoas de ambos os sexos, e entre muitos “gregos” e também muitas “troianas”, no campo da história.

Nesse estranhamento, nessa falta de empatia, não há como não identificar a ação insidiosa do preconceito contra as feministas, e também contra as mulheres, pois, afinal, tanto os movimentos feministas como os das

mulheres lutaram e lutam pela emancipação feminina e pela igualdade de acesso aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e sexuais. Foram justamente as feministas que começaram a revelar a presença ativa das mulheres, sujeitos políticos em todas as épocas, e a questionar a construção cultural dos papéis históricos femininos e masculinos.

Com efeito, não obstante a pluralidade e a diversidade de suas posições teóricas e políticas, de suas agendas e estratégias de luta e modos de agir, ambos os movimentos compartilharam e compartilham o objetivo comum da emancipação das mulheres; de fazê-las “existir, viver e ser”. De assegurar, ao final e ao cabo, a cada mulher, seu “direito a ter direitos” na sociedade, na política, na ciência, na cultura, na história.

No caso do campo disciplinar da História, é “preciso ser lembrada para não ser esquecida” (ROCHA, 2015) a importância da agenda e da crítica feministas para a emergência das mulheres como sujeito/objeto das narrativas históricas. Esse movimento de inclusão das mulheres no discurso historiográfico acompanhou, direta e/ou indiretamente, o das conquistas das pautas feministas de pleno acesso à cidadania. Penso que não poderia ser diferente, uma vez que são movimentos sociais, políticos e culturais produzidos na história, e ao mesmo tempo também produtores dela.

Os feminismos participaram, desde o pós-guerra, do movimento de ampla crítica cultural e teórica aos modelos de produção de ciência dominante nas Ciências Humanas e Sociais. Ao lado, e às vezes também confrontando-se com outras áreas do conhecimento – psicanálise, hermenêutica, teoria crítica marxista, desconstrutivismo e decolonialismo – questionaram categorias e lógicas do pensamento moderno, denunciaram o modo dominante de produção do conhecimento científico, pensado e praticado no masculino, centrado no conceito universal de Homem. Ao expor as estreitas relações entre poder e saber, a crítica feminista mostrou o quanto “os padrões de normatividade científica mostram-se impregnados por valores masculinos, raramente filóginos”, como bem avaliou Margareth Rago (2000, p. 29). Sob mesma orientação, denunciaram o caráter particularista, ideológico, classista, racista

e sexista da ciência praticada, ancorada nos pressupostos da neutralidade, objetividade e universalidade.

O conhecimento produzido pela crítica feminista e das mulheres, dentro e fora da Academia, foi instrumental indispensável para se pensar a diferença, distinta da desigualdade, desafiando, e mesmo desestabilizando, a forma de se fazer ciência até então hegemônica. Tal crítica responde pela produção de um consistente aporte teórico, uma epistemologia própria, reconhecida como Estudos Feministas. Estes, desde sua emergência, “em suas múltiplas vias, lugares de produção, direção e projeção”, apresentam-se como críticas epistemológicas ao sexismo operante na estruturação das ciências e das relações sociais no mundo ocidental. Além disso, e não menos importante, apresentam-se como reflexões políticas engajadas em “prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural do sexo” (DECARRIÈS, 2000, p. 11).

Mulher, gênero, corpo, sexualidade, retorno à noção de mulher como categoria política, interseccionalidades, são categorias, conceitos, perspectivas e abordagens pensadas e incorporadas pelos Estudos Feministas e pela História das Mulheres para o equacionamento e/ou enfrentamento dos dilemas e problemas teóricos, políticos e práticos dos respectivos campos. São propostas inscritas em momentos e orientações significativas da reflexão crítica feminista, identificadas genericamente com as denominações de essencialismo biológico, anti-essencialismo epistemológico e essencialismo político (COSTA, 1998, p. 17).

A emergência e a constituição da História das Mulheres como área de estudos foi percurso que acompanhou, de modo mais ou menos aproximado, os direcionamentos da crítica feminista, tendo incorporado muitas de suas reflexões. Compartilho algumas delas, dentre as quais o entendimento de que a pesquisa histórica, e não apenas a pesquisa histórica feminista, é prática posicionada e comprometida: ela fala de um dado lugar social e sob a visão de mundo, interesses, experiências e expectativas de quem a realiza, individual e coletivamente. A pesquisa histórica feminista é, porém, explícita e

assumidamente interessada, pois, quem a realiza nos aparece “não como autoridade invisível, ou anônima, mas como indivíduo histórico, com desejos e interesses concretos e específicos”, como defende Harding (1993, p. 9). A pesquisa histórica, feminista ou não, tal como a escola, tem partido.

Penso que um olhar feminista sobre os documentos abre possibilidades de se construir narrativas outras, desatreladas da lógica patriarcal, androcêntrica e heterossexual. Narrativas onde o humano não seja sinônimo do masculino. Esse olhar abre a possibilidade da descoberta de uma humanidade que não teria sido regida pelo sexo, pela sexualidade, pelas formas do corpo, da cor da pele. É uma perspectiva que abre a possibilidade de dissolução das narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias, contribuindo para a “construção de uma nova memória social, de um novo sujeito feminino, político, filosófico, artístico, que não é mais o ‘outro’, nem é o ‘diferente’, mas que esboça um espaço exterior, um espaço de movimento e criatividade” como projeta Tania Swain (2014, p. 7).

Mas, provavelmente, esse seria um projeto, uma aposta para o futuro. A História das Mulheres, como área especializada de estudos, ainda não quebrou a lógica etnofalocêntrica da narrativa histórica, na qual a ação político-social das mulheres é obscurecida. Com efeito, na comunidade discursiva, o “nós” patriarcal ainda “comanda e enclausura em uma visão única os incontáveis arranjos sociais a partir da dominância representacional do sexo e da heterossexualidade reprodutiva” (Idem, *Ibidem*, p. 4). Não por acaso, a dificuldade em sermos reconhecidas como “parceiras plenas”, a significação de nossas preocupações como “secundárias”.

Significativamente, a proposta de uma reescrita da história nos termos propostos por Joan Scott, ou seja, sob a perspectiva do gênero, não vingou. Nem mesmo a constituição de uma área de estudos com a inclusão das mulheres nas narrativas históricas, ainda não alterou a posição de centralidade do masculino, como sinônimo de humano e de sujeito. As mulheres foram e ainda permanecem incluídas como o “outro”, o “diferente” e localizadas em um domínio próprio, específico, para falar delas, do mundo delas e sobre elas. A interferência da História das Mulheres, embora

desestabilizadora, ainda não foi capaz de extinguir, explodir, romper com tal lógica.

História das Mulheres no Brasil

A incorporação das mulheres como sujeito/objeto das narrativas históricas é relativamente recente e ocorreu em meio ao movimento de crítica interna da disciplina de interrogação sobre seu próprio campo, de questionamentos de seus postulados, inscrito nos movimentos de crítica à ciência e à cultura do pós-guerra, que inclui os feminismos. Nesse exercício crítico em que a História reafirma seu estatuto de inteligibilidade quanto à leitura do social, em que a disciplina se renova e amplia seu campo de atuação, ocorrem a pluralização de temas e objetos; a ampliação do conceito e do uso de fontes; a redefinição de problemas; o enfoque às perspectivas e dimensões até então desconhecidas e/ou pouco consideradas, como interdisciplinaridade, cotidiano, imaginário, subjetividades, privacidade, sexualidade, mentalidades, etc.

Em guinada posterior, reconhecida como “virada linguística”, opera-se uma radical mudança com o enveredamento pela cultura, pela leitura do mundo como representação, com sua ênfase nos textos e nas linguagens, na dimensão relativa do conhecimento, nas propostas de abordagens desconstrutoras dos discursos. Uma concepção, enfim, de História não mais pensada como sinônimo do passado, nem como exatidão, mas como um discurso sobre o passado. Discurso, entendido, portanto, não como um “reflexo do real”, mas como “prática instituinte do real”, como sublinha Margareth Rago (1995, p. 8).

Nesse novo modo de ver que se construía, investia-se na concepção de história como campo de múltiplas possibilidades. Apostava-se numa história pensada como “inventário das diferenças”, como defendeu Paul Veyne (1978) e não mais como uma “grande e vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais”, como causticamente acusou Foucault (1979, p. 27) na mesma época.

No alargamento e pluralização ocorridos no campo, opera-se a incorporação de objetos/sujeitos até então excluídos do discurso historiográfico: as pessoas comuns, “vistas de baixo”, “infames”. Dentre elas, as mulheres. Essa inclusão marca a emergência da História das Mulheres, em meio às transformações na historiografia e às lutas feministas e das mulheres das décadas de 1960/70 em defesa da emancipação feminina e da igualdade de direitos. Primeiramente, nos Estados Unidos, depois Europa, e finalmente aqui no Brasil, no final dos anos 1970, no contexto político dos movimentos pela Anistia e pelas Diretas Já, cujas agendas foram compartilhadas e abraçadas pelas feministas brasileiras.

No Brasil, similarmente ao que ocorreu nos Estados Unidos, e também em França e Inglaterra, mas com relativa defasagem temporal, historiadoras e alguns historiadores têm, a partir dos anos 1970, documentado a presença das mulheres na história, no esforço comum de lhes conferir inteligibilidade, de fazê-las “existir, viver e ser”. Desde então, produz-se um consistente conjunto discursivo – livros, revistas, teses, editoras, centros de pesquisa, grupos de estudos, cursos, seminários, áreas de concentração, linhas de pesquisa, eventos científicos, políticas públicas – enfim, todo um aparato de tecnologias sociais produtoras e disseminadoras de conhecimento sobre as mulheres.

Tal como ocorreu naqueles países, a História das Mulheres no Brasil encontra-se igualmente vincada pela heterogeneidade de temas, métodos, abordagens e perspectivas. É um domínio da História que se encontra atravessado por tensões e disputas entre os padrões estabelecidos da disciplina, as influências teóricas e metodológicas dos campos disciplinares com quem dialoga, as aproximações com as teorias feministas. Padece, ainda, como já ressaltado, de um arraigado preconceito existente na comunidade, expresso na existência e/ou recusa quanto à importância de estudos sobre as mulheres. Trata-se de postura preocupante porque inviabiliza a ampliação do debate, circunscrevendo-o talvez mais intensamente do que ocorre em outros domínios da história, ao circuito feminista e/ou simpatizante. Ela é preocupante, não apenas pelo fechamento do próprio campo, à guetização dos

estudos e debates, mas porque aponta para a inclusão diferenciada e desigual das mulheres no discurso historiográfico (MUNIZ, 2015, p. 323).

As mulheres, não obstante sua crescente, expressiva e forte presença no espaço público, no mundo do trabalho remunerado, da cultura e da educação formal, ainda são percebidas e reconhecidas como objeto/sujeito relativamente menos relevantes, “secundários”, da experiência temporal. Como tais, ainda são significadas de forma diferenciada e desigual na/pela historiografia.

Trata-se de hierarquização que, ao meu ver, expressa a violência simbólica praticada no campo da História contra as mulheres; primeiramente, pela exclusão e depois pela inclusão diferenciada e desigual (MUNIZ, 2015, p. 322-323). Significativamente, a ação e o protagonismo das mulheres ganham visibilidade nas narrativas históricas, predominantemente, nos espaços tradicionalmente significados como “femininos”, nos domínios da domesticidade, da subjetividade e dos sentimentos. As exceções confirmam a regra.

O domínio da privacidade ainda permanece significado no campo hegemônico da História como menos importante. A política, a guerra e a economia mantêm-se como lugares da inteligibilidade histórica. Trata-se de significação estabelecida a partir da leitura da divisão das esferas da vida social sob a ótica masculina, elitista e europeia do século XIX. Essa forma sutil de exclusão de classe, gênero e raça, explicita-se na desmistificação feita por Hannah Arendt (1995, p. 68). Ao refletir sobre a construção burguesa do século XIX, acerca das esferas privada e pública da vida social, a filósofa mostra como o privado define-se justamente como o lugar da “privação de luz”, da invisibilidade social, da ausência de outros, da não existência. A permanência dessa representação nos aponta para a força instauradora do imaginário social, androcêntrico e patriarcal na cultura em geral e nos modos de ver e de narrar o passado entre e/na comunidade histórica.

Não se pode desconhecer, todavia, os deslocamentos já operados no campo historiográfico sob a orientação de um dos mais importantes *insights* do pensamento feminista: “o pessoal é político”. Não há dúvida de que as

mulheres têm inovado profundamente nas atividades que desenvolvem e em espaços que ocupam, não importa se públicos ou privados, marcando uma forte diferença em relação aos homens. A invasão do mundo público pelas mulheres subverteu, dissolveu, as fronteiras simbólicas construídas entre o público e o privado. Na dissolução dessas fronteiras, a percepção de que o lar não é o “espaço sagrado”, o “ninho” aconchegante e tranquilo das idealizadas imagens que formam e informam sua romântica e engenhosa representação. Tanto como o mundo público, o da domesticidade é lugar de competição acirrada, de tensões, do exercício da violência de gênero, do sexismo, da misoginia e do racismo. Tal dissolução nos instiga a pensar e a desejar, e sobretudo a apostar na possibilidade de uma escrita da história sem hierarquizações, liberta de qualquer tipo de partilha desigual, dominação e de exclusão.

Da invisibilidade à visibilidade que ainda se apresenta problemática, porque hierarquizada, a incorporação das mulheres na História, conhece um percurso que se inicia com uma narrativa para reparar uma exclusão e prossegue com sua contrapartida, uma narrativa de lutas das mulheres, de diferentes credos, cores e corpos, para se reconhecerem e serem reconhecidas como pessoas com existência própria.

Embora reconhecendo os perigos e riscos envolvidos em qualquer esforço de generalização, é possível identificar algumas direções no movimento de construção do campo da História das Mulheres no Brasil. Não são direções lineares, contínuas, mas difusas, bifurcantes, múltiplas, emaranhadas, em alguns momentos confrontantes, em outros concomitantes. Uma delas, a primeira, com emergência no final dos anos 1970, traduz-se na referida história da “reparação de uma exclusão” (SOIHET, 1997, p. 274). Busca-se conferir visibilidade às mulheres, retirando-as dos silêncios discursivamente produzidos acerca de sua presença e ação históricas. A inclusão é operada sob a lógica da complementariedade, focada em acrescentar algo que estava faltando nas narrativas históricas – no caso, a metade da população brasileira -, sem questionar, porém, os termos dessa exclusão.

Trata-se de produção de conhecimento sobre as mulheres tributária da História Social, no uso que faz, principalmente, mas não exclusivamente, de algumas referências dos quadros nocionais marxistas, sob a lógica essencialista das identidades prontas, fixas, estáveis, biológica e/ou materialmente determinadas. Produz-se uma história homogeneizante, reduzida ao esquema dominador/dominado, ignorando as mediações dos agentes em suas experiências de vida. Como bem avaliou Rachel Soihet, nesse momento do movimento de emergência do campo, o enfoque é dado “à passividade da mulher, frente à sua opressão, ou sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal” (SOIHET, 1997, p. 178). Enfim, confere-se visibilidade às mulheres, enclausurando-as, porém, em modelos normativos, fundados em uma suposta “essência” e traduzida na reiterada “condição feminina”.

Não se pode desconhecer a importância desses trabalhos, pelo seu ineditismo e pioneirismo, e sobretudo pela ousadia de suas autoras de propor um tema novo, um objeto até então desconsiderado, e a coragem e competência para torná-lo inteligível. Foram autoras que pensaram e escreveram sobre as mulheres consoantes as condições de produção de sua época, marcadas e demarcadas pela misoginia e pela estrutura do patriarcado. Ressalte-se, por um dever de memória, alguns livros/autoras que “abriram trilhas” para a constituição da área: Miriam Moreira Leite / *A condição feminina no Rio de Janeiro Sec. XIX* (1981) e *A Outra Face do Feminismo* (1984); Heleith Saffioti / *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* (1969); Rachel Soihet / *Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher*/ Dissertação de Mestrado (1974); Branca Moreira Alves / *Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil* (1980); Elba de Sá Barreto (coord.) / *Mulher Brasileira. Bibliografia Anotada* (1979).

Cumprir lembrar o livro *A Mulher no Brasil*, da feminista norte-americana June E. Hahner, publicado em 1978. Em sua introdução, a autora já reconhecia que “escrever a história da mulher no Brasil seria tarefa extremamente ambiciosa, talvez ambiciosa demais para os anos vindouros”. Além da falta de subsídios, de estudos disponíveis e de documentação, ela já

reconhecia, à época, que “não há nenhuma fórmula que possa adequadamente explicar ou resumir a diversidade da vida das mulheres no Brasil” (HAHNER, 1978, p. 10).

A questão da diversidade e de uma correspondente “fórmula explicativa” imprime uma outra direção no movimento de constituição do campo História das Mulheres no Brasil dos anos 1980. Ela acompanha os redirecionamentos ocorridos desde o final dos anos 1970 na História Social e nas agendas feministas. Naquela, o exercício de revisão crítica do marxismo sob influência do pensamento thompsoniano, principalmente, mas não exclusivamente. Nas agendas feministas, a inclusão do debate sobre a “diferença”, distinta da desigualdade. Se a luta contra a desigualdade entre mulheres e homens, nas décadas de 1970/80, havia aglutinado os movimentos das mulheres e feministas em torno daquele objetivo comum, a introdução da diferença instaurou tensões, disputas, e divisões internas, opondo feministas marxistas, essencialistas e diferencialistas. É visível, nessa nova direção historiográfica, a preocupação em incorporar as dimensões da experiência e da cultura na leitura do social, de se proceder, indissociadamente, a uma abordagem cultural do social ou vice-versa. Emerge aí uma revisão na História das Mulheres, agora preocupada em revelar a presença das brasileiras “na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista” (RAGO, 1995, p. 82).

A “condição feminina” é substituída pela categoria “mulheres”, percebidas em sua diversidade, pluralidade e variabilidade. Muitos trabalhos da área alinham-se à proposta teórica feminista quanto à exigência de “se aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas e a usar a própria instabilidade como recurso do pensamento e prática”, como defendeu Harding. Na trilha aberta por Maria Odila Leite da Silva Dias, que investiu nessa perspectiva como condição de possibilidade para historicizar a presença e agenciamento das mulheres surgiram vários estudos revigorando e redirecionando a História das Mulheres. O pioneirismo daquela historiadora revela-se em *Quotidiano e Poder* (1984), pelo modo original, e até então

inusitado, de abordagem: o de historicizar a experiência histórica das mulheres pobres, negras e pardas, enfatizando seu protagonismo, investindo na “possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos” (DIAS, 1991, p. 49).

Os questionamentos no interior da disciplina e da crítica feminista acerca dos limites da categoria “mulheres” para a introdução da dimensão da “diferença” imprimem uma outra marca, outro traçado, no campo da História das Mulheres. Trata-se de uma terceira direção que não substitui a anterior, mas que emerge e define seus contornos a partir de movimentos praticamente concomitantes. É um outro modo de ver e de dar a ler a experiência histórica que prioriza os diálogos com a Nova História Cultural, com o pensamento da diferença e sua crítica às teorias sociais globais, à posição de centralidade do sujeito e à lógica das identidades.

Esse enveredamento para a cultura e para o pensamento pós-moderno, com sua ênfase nas práticas e representações sociais, nos processos de objetivação e subjetivação, nas relações entre saber e poder, foi terreno fértil para se pensar a diferença. Gênero foi “a categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1990) para a abordagem da diferença a partir dos anos 1990, aqui no Brasil. Apesar do desconhecimento inicial, pois era conceito importado do norte e de outra área do conhecimento, foi recepcionado positivamente por muitas de nossas historiadoras. Elas viam nele, pelo seu caráter relacional, a possibilidade de quebrar a lógica essencialista e binária das identidades sociais e sexuais, eixo fundante da inferioridade feminina na tradição androcêntrica e patriarcal. Além disso, embora não ocorresse um consenso entre as feministas, investia-se no conceito de gênero como resposta para o impasse evidente: a prática política de afirmação de uma identidade “mulher”, o essencialismo estratégico, e a negação teórica da lógica da identidade, o anti-essencialismo epistemológico.

O uso do gênero como instrumento analítico, não obstante seus problemas e limites, operou alguns deslocamentos no sistema de pensamento, dentre eles, a percepção da ordem cultural como modeladora do feminino e do masculino. Nesse sentido, um de seus maiores ganhos foi, como bem avaliou

Cláudia Lima Costa (1998, p. 134) a “negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher”. No caso da História, o uso do gênero possibilitou, ainda, “incorporar a dimensão sexual que habita nossas práticas sociais cotidianas, até então ignoradas e/ou desconsideradas pelos estudos históricos” (RAGO, 2000, p. 37). Por outro lado, embora proposto como “categoria útil” para uma reescrita geral da História, gênero foi, desde o início, identificado e localizado de modo compartimentalizado, em um domínio específico do campo disciplinar: o da História das Mulheres. Na relação com esta categoria, cujo uso iluminou muitas das reflexões, questionamentos e interpretações da área, porém acabou sendo com as mulheres confundido, tendo até mesmo disputado com a História das Mulheres o estatuto de área de estudos. Nova partilha foi estabelecida entre os saberes, com a emergência e recente constituição dos Estudos de Gênero como área interdisciplinar, dentro e fora dos domínios da História. As duas áreas estabelecem aproximações enriquecedoras e também distanciamentos preocupantes. Afinal, como demarcar a dimensão construída do gênero desatrelada do solo histórico que a abriga?

Não há como desconhecer, excetuando-se alguns trabalhos que apostaram no potencial subversivo da proposta de gênero, seu uso, na e pela História ocorreu, predominantemente, de modo limitado e descritivo, incorporando-o a uma narrativa já pronta – História das Mulheres. Sob denominações diferentes e aproximadas – História das Mulheres/Estudos de Gênero – efetivou-se a apropriação e incorporação do gênero como sinônimo de mulher e por oposição ao sexo. Reafirmou-se, assim, na história da mesmice produzida, reiteradora da invariabilidade do gênero, “a partilha binária entre os sexos; na contramão, portanto, do que a proposta de gênero tinha em mira desconstruir, explodir” (MUNIZ, 2008, p. 121).

A crítica a essa simplificação, à “domesticação do gênero”, no interior da História e da crítica feminista, anuncia a emergência de outra direção no movimento de constituição da História das Mulheres. Pelo lado daquela, convergências e divergências quanto ao uso do gênero por oposição ao sexo, ou como “inscrições sociais indissociáveis” (BUTLER, 2003, p. 165), ou como

“tecnologias sociais” (LAURETIS, 1994), alimentam o debate, unem e dividem suas teóricas.

Predomina, porém, a avaliação comum de que o uso do gênero foi simplificado, pois “ficou, por assim dizer, focado nas relações entre o homem e a mulher, e não nas relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão” (COSTA, 1998, p. 135). Com efeito, há um consenso entre historiadoras e feministas, que, contrariamente ao buscado, ocorreu a reafirmação do binarismo do gênero. A “domesticação” do gênero comprometeu sua eficácia quanto ao objetivo buscado de estilhaçamento do binarismo, do modelo dominante de produção do conhecimento e de estruturação das relações sociais. O movimento entre muitas pesquisadoras foi o de abandono da prioridade dada ao gênero e de investimento na pluralidade e diversidade, em outras possibilidades e caminhos. Esse redirecionamento marca a emergência de um último traçado na cartografia da constituição da História das Mulheres.

Trata-se de direção coexistente com as anteriores e que se apresenta com seus contornos ainda bastante imprecisos, indefinidos, movediços, com diversos matizes e matrizes teórico-metodológicas. Seu desenho encontra-se em processo, delineado com as linhas da complexidade, diversidade, multiplicidade das experiências históricas e da instabilidade das categorias. O signo da historicidade dos agentes, seus discursos e práticas, é o traço comum, a força de territorialização que permite sua identificação. Uma das apostas, traduzida em vários trabalhos mais contemporâneos, é a de investir na interseccionalidade como abordagem e perspectiva de análise no esforço por acessar e apreender a diversidade e diferença na produção dos sujeitos e nas relações que estabelecem entre si, com os grupos e com a sociedade em geral. Pratica-se, assim, o exercício de “articulação do sexo/gênero com outras dimensões da vida social – como raça, etnia, classe, sexualidade, orientação sexual, idade, territorialidade, etc. – no enfrentamento dos discursos e práticas sociais que sustentam desigualdades, exclusões e violências contra as mulheres em nossa sociedade” (STEVENS, 2017, p. IX).

O “retorno à categoria mulher”, entendida não como “essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (COSTA, 1998, p. 137), é uma das propostas que tem sido incorporadas nas pesquisas e estudos dessa direção. Mulher, pensada não como unidade, ou como coerência, mas como categoria heterogênea, construída por discursos e práticas variadas. Categoria, essa, cuja história e significado devem ser entendidos à luz das histórias e significados de outras categorias da identidade: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, idade, etc. (Idem, p. 138).

Penso que esse “retorno à categoria mulher” é extremamente útil, pertinente e enriquecedor para a História das Mulheres. Não somente porque possibilita definir melhor seus contornos, para ser prontamente identificável como área de estudos sobre as mulheres, consideradas como objeto/sujeitos das narrativas históricas. E sobretudo porque nos interpela e nos convoca para o exercício de historicização, cujo percurso se constrói no exercício mesmo da investigação histórica, sem qualquer garantia, sem riscos de aprisionamentos a esquemas prévios. Historicizar, refazer o percurso da experiência, acessar sua historicidade, é orientação indispensável para se escrever a História e a História das Mulheres; condição e ancoragem para a consolidação da área.

A referência à consolidação da área remete-me ao dever de memória e de ofício de sublinhar duas importantes iniciativas editoriais. Refiro-me às duas publicações da História das Mulheres no Brasil.³ A de 1997, coordenada por Mary Del Priore e Carla Bassanezi, e a de 2012, organizada por Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky. Em ambos os casos, não se trata de uma coletânea, mas de um projeto editorial e político, estruturado em torno de uma unidade cuja face comporta a diversidade, pluralidade e variabilidade do lugar de fala de quem escreveu e do sujeito/objeto dessa escrita. Não por acaso, as duas obras contemplam um conjunto expressivo e heterogêneo de

³ Trata-se dos seguintes livros: História das Mulheres no Brasil, organizado por Mary Del Priore, com a coordenação de textos de Carla Bassanezi, publicado pelas editoras Contexto e Unesp, em 1997. Em 2012, Nova História das Mulheres no Brasil, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, editado pela Contexto, São Paulo.

estudos consistentemente fundamentados e abrigados nas diferentes direções consideradas na presente reflexão.

Finalizo, ressaltando que pesquisar, escrever e ensinar história é um ato político. Escrever a História das Mulheres é um ato explicitamente político, posicionado, comprometido com o projeto de mudança das e nas relações entre mulheres e homens. É um ato que nos exige pensar a História, libertária e diferentemente, investindo em suas possibilidades transformadoras e emancipadoras. É um ato que nos exige pensar e praticar a história, investindo e reafirmando nossa posição no mundo como indivíduos com “direito a ter direitos”. É um ato que nos exige pensar e praticar a história insistindo em afirmar e lutar para assegurar aquilo que toda e qualquer pessoa tem de mais valioso: sua dimensão humana, sua humanidade.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. In: *Cadernos Pagu*. Trajetórias do gênero... Campinas, SP: UNICAMP/NEG, n. 11, 1998, pp. 127-140.

DECARRIÈS, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: *Revista Textos de História*. Dossiê Feminismos: teorias e perspectivas. Brasília, DF: UnB/PPGHIS, v. 8, n. 12, 2000.

DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos Estudos Feministas: perspectivas históricas e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Christina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Unesp, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina/Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 1993.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. In: *Revista OPSIS*. Catalão/GO/UEG, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas*. Santa Catarina/Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Santa Catarina/Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

ROCHA, Ana Vitoria S. C. Lembrar para não esquecer: qual a importância do Dia Internacional da Mulher? In: *Imprensa Feminista*, 08/03/2015. Disponível em: <<http://www.imprensafeminista.com>>

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. *Teoria da História: o fundamento da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRS/FACED, v. 16, n. 2, 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Julh-dez, 2007, pp. 281-300.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STEVENS, Cristina et alii. *Mulheres e violências*. Interseccionalidades. Brasília: Tecnopolítica, 2017.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. UnB, 1978.

Texto recebido em: 20/07/2018

Texto aprovado em: 20/07/2018